
CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Edital n° 01/2014

2ª Publicação (por extrato)
(1ª Publicação em 10/02/2014 – Edição do DJe de 07/02/2014)

O Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG e Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF, Desembargador José Antonino Baía Borges, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30, VI, da Resolução do Tribunal Pleno do TJMG n° 03, de 26 de julho de 2012, e, ainda, pelo art. 7º, V, da Resolução n° 521, de 8 de janeiro de 2007, do TJMG, considerando o disposto no art. 236, § 3º, da Constituição da República de 1988, na Resolução n° 81, de 9 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como as respostas proferidas pelo CNJ à consulta n° 0003016-40.2010.2.00.0000, publica o presente Edital, tornando pública a abertura do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais.

As inscrições serão efetuadas exclusivamente pela internet, no endereço eletrônico www.consulplan.net, *link* correspondente às inscrições do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais - Edital n° 01/2014, no período compreendido entre 9h do dia 11 de março de 2014 e 23h59min do dia 9 de abril de 2014.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2014.

Mônica Alexandra de Mendonça Terra e Almeida Sá
Diretora Executiva de Desenvolvimento de Pessoas da EJEF

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS, PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital n° 03/2013

De ordem da Desembargadora Maria Beatriz Madureira Pinheiro Costa Caires, Presidente da Comissão do Concurso em epígrafe, a EJEF informa que, em virtude da revogação da Lei n° 9.034 de 03 de maio de 1995, retifica o item 17 do conteúdo programático de Direito Processual Penal, constante do Anexo II do Edital n° 03/2013.

Onde se lê:

17. Organizações criminosas (Lei n° 9.034, de 3 de maio de 1995). Proteção a testemunhas (Lei n° 9.807, de 13 de julho de 1999). Interceptação telefônica (Lei n° 9.296, de 24 de julho de 1996).

Leia-se:

17. Organizações criminosas (Lei n° 12.850, de 2 de agosto de 2013). Proteção a testemunhas (Lei n° 9.807, de 13 de julho de 1999). Interceptação telefônica (Lei n° 9.296, de 24 de julho de 1996).

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2014.

Mônica Alexandra de Mendonça Terra e Almeida Sá
Diretora Executiva de Desenvolvimento de Pessoas da EJEF

CURSO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES E SERVIDORES LOTADOS NAS CENTRAIS DE MANDADOS DO TJMG

ATOS DE COMUNICAÇÃO - a distância

9ª Turma

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador José Antonino Baía Borges, Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, comunicamos que estarão abertas, no período de **06 a 17 de março de 2014**, as inscrições para a **9ª turma** do Curso a Distância "**Atos de Comunicação**", conforme abaixo especificado:

1- METODOLOGIA: Integralmente baseada na utilização da Internet e com tutoria - isto é, o aluno, através da Internet (<http://www.ead.tjmg.jus.br>), acessa o ambiente virtual do curso e realiza seu próprio percurso de aprendizagem, com a orientação de tutor. A proposta pedagógica combina procedimentos didáticos e utilização de recursos técnicos próprios da Educação a Distância (EAD).